

A SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: MAIS DE CEM ANOS DE LUTA

Maria das Dores de Sousa

Introdução

A Sociologia é uma ciência relativamente nova, surge e se desenvolve com o advento do capitalismo, sua formação data do século XIX e sua preocupação básica tem sido a de revelar as transformações que o capitalismo operou na vida econômica, política e cultural das sociedades. Como disciplina escolar, surge em meados do século XIX e começo do século XX, quando vai entrando lentamente nas escolas. O seu processo de institucionalização dependeu e depende das condições sociais, econômicas e culturais das sociedades modernas.

Seus pioneiros, em especial Augusto Comte (1798-1857), delinearam os contornos iniciais em meio aos intensos conflitos sociais que marcaram a formação da contemporânea sociedade burguesa. Segundo Pimenta (2007, p. 23) “As preocupações daquele momento histórico conduziram a uma abordagem que tinha finalidade de estabelecer a disciplina como ciência, definindo-lhe o objeto e o tipo de abordagem que lhe daria status de ciência”. A Sociologia como ciência, como teoria da sociedade, dedicada à pesquisa, com fim de produzir um conhecimento que pode ser utilizado pelas organizações do sistema capitalista se expande pelo meio universitário, permitindo a criação de departamentos pelas universidades do mundo todo a partir do final do século XIX.

Em virtude da formação acadêmica dos sociólogos, o ensino de Sociologia nos cursos universitários pautou-se principalmente na divulgação da obra dos clássicos das ciências sociais – Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx e no tratamento de questões sociais como desigualdade social, conflitos sociais, movimentos sociais e, mais recentemente, globalização.

Durkheim, um dos fundadores da sociologia, juntamente com seus colaboradores, se esforçou por emancipar a Sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituiu-a como disciplina rigorosamente científica. Como pensador da Sociologia da Educação Durkheim empenhou-se em demonstrar a existência plena de

uma vida coletiva com alma própria, acima e fora da vida dos indivíduos; Weber teve uma contribuição importante para o desenvolvimento da Sociologia. Embora polêmicos, seus trabalhos abriram as portas para as particularidades históricas das sociedades e para a descoberta do papel tanto da subjetividade na ação como da pesquisa social. O pensamento marxista tem sido usado por muitos sociólogos para fundamentar análises críticas da sociedade capitalista. Para Kruppa, (1994) muitos sociólogos apoiaram-se nas idéias de Marx, inclusive no Brasil. Sociólogos brasileiros como Otávio Ianni, Florestan Fernandes, entre outros, valeram-se dos conceitos e da metodologia de análise marxista para analisar a sociedade capitalista de forma geral e, particularmente a sociedade brasileira.

Foi no final do século XIX, que se instalou no Brasil o ensino da Sociologia sob uma forte influência dos ideais positivistas republicanos, respaldado na criação literária e na crítica social, a exemplo das várias obras, como de: Rui Barbosa: Discursos (1877) e Pareceres (1883); Aluisio de Azevedo: O Mulato (1881); Adolfo Caminha: o Bom Crioulo (1895) e Tobias Barreto: Polêmicas (1901). (MIRANDA, 2006). Os primeiros autores brasileiros viam na nova ciência a perspectiva para o registro de uma nacionalidade.

Para Tomazini (2004 apud. MIRANDA, 2006, p. 32).

No final do século XIX, em meio a esse diagnóstico sócio-literário. Passa a existir no Brasil uma forma de pensamento sociológico, como o desenvolvido por Euclides da Cunha (1866-1902), que traça no seu livro Os Sertões (1902) o conflito de uma sociedade dividida em dois mundos aparentemente irreconciliáveis: o das cidades litorâneas, receptivas a influencia externa, e o do interior agrário e tradicional. A sociologia é recebida no momento em que o país reclama por uma identidade nacional.

É nesse contexto arrolado pelos encantos literários que a Sociologia se apresenta como um instrumento de compreensão, principalmente de intervenção racional, nas relações sociais percebidas como problemáticas em função dos conflitos sociais que resultam da transição do feudalismo ao capitalismo e, mais tarde, dos conflitos que resultam das próprias contradições inerentes às relações entre capital e trabalho.

Este estudo objetiva fornecer ao leitor algumas coordenadas básicas com que se podem aferir os mais de cem anos de luta da sociologia no Ensino Médio. Uma luta que teve início em 1891, na Primeira República Brasileira, até 2006, quando o Conselho Nacional de Educação, através de sua Câmara de Ensino Básico, aprovou o Parecer

CNE/CEB nº. 38/2006, que torna obrigatório o ensino de Sociologia nas escolas do Ensino Médio de todo o território nacional. Para situar a temática em estudo, buscou-se informações em livros, revistas, artigos, dissertações e vídeos. A metodologia insere-se numa pesquisa qualitativa em educação, com procedimentos etnográficos, fundamentada nos estudos de (Bogdan; Biklen, 1994; Ludke; André 1986, André 2008; entre outros.

2. Presença e trajetória da Sociologia na legislação educacional brasileira

A história da Sociologia como disciplina no Ensino Médio brasileiro é marcada por um processo pendular de inclusão e exclusão. Com base nos estudos realizados por Kuenzer (2007); Bragança (2001); Silva (2008); Martinez (2007); Mekesenas (1994); Miranda (2006) Honorato (2008) e outros relataremos um pouco da sua trajetória histórica.

No Brasil, a Sociologia como disciplina no Ensino Médio, esteve historicamente atrelada à presença ou ausência de determinados atores na cena política, como veremos a seguir.

Quando Benjamim Constant assumiu o cargo de Ministro da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, propôs uma reforma de ensino na qual a Sociologia se introduzia como disciplina obrigatória não só nos cursos superiores, como também nos secundários. A luta pela inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio, embora tenha se intensificado nos últimos dez anos, tem uma história de avanços e retrocessos de mais de cem anos. No início da República brasileira em 1911, por influência de Benjamim Constant, a Sociologia foi incluída nos cursos superiores e secundários, porém devido a sua morte, na época da implantação dos currículos, o ensino de sociologia foi deixado de lado. Somente em 1925, com a Reforma Rocha Vaz, essa questão volta à cena e a Sociologia foi inserida como disciplina obrigatória nas escolas secundárias. Em 1928, a Sociologia passa a ser ministrada nas escolas de formação de professor, nas chamadas Escolas Normais.

Convém destacar que, no período da Primeira República, o pensamento social era cada vez mais utilizado por jornalistas, escritores, políticos e acadêmicos. “Pensadores como Mário de Andrade, dizia que a Sociologia era considerada arte de salvar rapidamente o Brasil. (MIRANDA, 2006, p. 33)”.

É neste contexto intelectual, impregnado de questões de natureza sociológica, que se consolida o processo de institucionalização da Sociologia nos currículos da educação secundária no Brasil, iniciado em meados da década de 1920.

Em 1931, durante a primeira fase do Governo de Getúlio Vargas, a Reforma Francisco Campos, em 4 de abril de 1932, ratifica a permanência da Sociologia como disciplina no Ensino Médio, fazendo com que ela fique no currículo até 1942. Em 4 de abril de 1942, foi instituída a Reforma Capanema, conduzida pelo Ministro da Educação Gustavo Capanema, também durante o Governo de Getúlio Vargas. Esta reforma acaba com a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas de segundo grau e a disciplina continua a ser lecionada nas chamadas Escolas Normais, até o golpe militar de 1 de abril de 1964, quando o ensino de Sociologia foi confinado ao reduzido meio universitário da época e ao rígido controle da censura oficial.

Segundo Matos (2007, p. 20), em 1964,

O Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), centro de estudo que reunia profissionais do porte de Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto, entre outros, é fechado.

Vale ressaltar, que no período do regime autoritário o curso de Ciências Sociais foi um dos mais atingidos no País, nessa época, vários Sociólogos, conhecidos por seu compromisso com a causa da transformação social, foram exilados, entre eles estava Florestan Fernandes, que sempre acreditou no potencial da educação como fator de emancipação das massas. Muitos outros profissionais foram também afastados do País, a exemplo de Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Celso Furtado.

Enquanto a Sociologia era retirada do Ensino Médio, as disciplinas técnicas despontaram como protagonistas neste nível de ensino. Para Bragança, (2001, p. 1) tanto na ditadura Vargas, como na ditadura militar, “[...] foram utilizados mecanismos pedagógicos semelhantes, formar indivíduos com espírito de patriotismo e civismo, fortalecendo assim a unidade nacional e o culto da obediência”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71, instituída em pleno regime ditatorial, buscou garantir a formação de mão de obra qualificada, de baixo custo e em sintonia com as exigências do modelo político-econômico em curso. Desenvolveu-se todo um apelo à formação do cidadão, entendido como doutrinação, dentro dos valores da segurança nacional. Nesse contexto, a Sociologia deixa de ser disciplina obrigatória e passa a figurar entre um rol de 104 disciplinas optativas. Nesse período, o ensino

secundário foi transformado em ensino profissionalizante, deixando pouco espaço para as ciências sociais e a Sociologia praticamente desapareceu das escolas. Foi substituída por disciplinas de conteúdo moralizante ou simplesmente informativo, como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB). Essas disciplinas permaneceram nos currículos das escolas, mesmo depois da abertura política em 1985 e da nova Constituição Federal de 1988, só foram retiradas definitivamente com a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB - Lei nº 9.394/1996.

No início da década de 1980, foi retomada a discussão da volta da sociologia no Ensino Médio. Parlamentares, professores, estudantes e entidades da sociedade civil encamparam uma luta para que a Sociologia fosse incluída como disciplina obrigatória nos currículos deste nível de ensino. A Associação dos Sociólogos de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro desencadeia uma luta pela volta da Sociologia no 2º grau, definindo-a como ciência estratégica, na formação da cidadania do aluno.

Conforme Fernandes (1958, p.233)

O ensino das ciências sociais no curso secundário seria uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social.

A reabilitação da Sociologia começou a se dar a partir da Lei nº 7.044/1982, conforme Martinez (2007, p. 241). “[...] a ênfase dada à profissionalização na Lei nº 5.692/71, cede lugar a uma visão mais abrangente da educação que propõe a construção do direito a cidadania”. É nesse expectativa que reaparece a importância da sociologia.

No final da década de 1990, com a concretização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), foi estabelecido, através do Parecer 15/98, do Conselho Nacional de Educação, que os conceitos, procedimentos e atitudes provenientes da Geografia, História, Filosofia e da Sociologia devem constituir a área de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Com a aprovação deste Parecer algumas unidades da federação efetivaram reformas curriculares que incluem a Sociologia como disciplina obrigatória. Essa decisão por Estado se deveu ao fato de que a Lei 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) não determinarem o ensino da Sociologia e da Filosofia por meio de disciplinas incluídas no núcleo básico, aquelas consideradas obrigatórias. (PCN para o Ensino Médio, v. 4).

Portanto, é importante considerar que o contato dos jovens com as teorias sociológicas, ainda que formadas pela didática necessária ao nível do Ensino Médio, irá produzir nestes jovens uma percepção, uma compreensão da realidade na qual estão inseridos e da sociedade de modo geral, que nenhuma outra disciplina poderá fornecer. É essa percepção que indica a identidade da Sociologia e que justifica sua inclusão enquanto disciplina do Ensino Médio, não os seus conteúdos em si mesmos.

2. 1. O retorno da Sociologia no Ensino Médio na entrada do século XXI

No despertar deste novo século, permanece a luta pelo retorno definitivo da Sociologia nas escolas do Ensino Médio, na forma de disciplina obrigatória. Segundo Honorato (2008), o Projeto de Lei, 3.178, de 28/05/1997, do deputado Padre Roque do (PT – PR), que tornaria obrigatórias as disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, foi aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado, por uma ampla maioria de 40 votos a 20, no dia 08 de setembro de 2001 e vetado na íntegra, no dia 8 de outubro de 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com a justificativa de que não havia profissionais suficientes para atender a demanda de professores e implicaria na constituição de ônus para os Estados e o Distrito Federal. O mérito pedagógico e político não foi sequer levado em conta por um sociólogo e professor, que naquele momento ocupava a Presidência da República.

Finalmente, no dia 7 de julho de 2006, O Conselho Nacional de Educação, através de sua Câmara de Ensino Básico, aprovou a Lei nº 38/2006, que estabelece a inclusão de Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias nas escolas do Ensino Médio, de todo o território nacional. (HONORATO, 2008). A lei determina que, a partir do segundo semestre de 2007, todas as escolas do Brasil têm que oferecer as citadas disciplinas, em duas aulas por semana, durante pelo menos um dos três anos do curso. Foi estipulado o prazo de um ano para a adequação dos Estados a essa decisão. Isso significa que as disciplinas de Sociologia e Filosofia, no segundo semestre de 2008, já passaram a fazer parte do currículo das escolas públicas e privadas do Ensino Médio brasileiro. Essa vitória representa um momento histórico da Sociologia no Brasil.

A nova resolução (nº 38/2006) foi homologada pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, em solenidade no Ministério da Educação e Cultura, na presença de mais de 100 representantes de entidades. O processo de efetivação da Sociologia no ensino médio não foi fácil, o seu ir e vir trouxe dificuldades para a Sociologia, se firmar

enquanto disciplina do nível médio de ensino. A sociologia em nome da autonomia e da transversalidade das escolas foi se fragilizando e perdeu espaço para disciplinas que se consolidaram e repensaram seus conteúdos, como a História e a Geografia, adequando-se à realidade atual.

A inclusão da Sociologia como disciplina no Ensino Médio foi uma luta árdua, uma conquista dos Sindicatos dos Sociólogos liderada pelo Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo, (SINSESP) que apostou nesta luta, mantendo-se ativo durante dez anos, investindo seus recursos materiais e humanos. No entanto, essa vitória não é só do SINSESP, mas do conjunto da categoria dos sociólogos brasileiros, dos professores de Sociologia, das entidades representativas dos Estados, dos parlamentares que abraçaram essa causa, dos estudantes, das entidades da sociedade civil, ou seja, de todos que acreditaram e se mantiveram presentes nos encontros, congressos, seminários, nos debates municipais, estaduais e nacionais em prol da inclusão da Sociologia como disciplina obrigatória nas escolas do Ensino Médio brasileiro.

Em suma, a luta de mais de cem anos da Sociologia, em busca de ocupar um lugar como disciplina efetiva no Ensino Médio brasileiro, foi consolidada com a aprovação do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB nº. 38/2006. Esperamos que daqui pra frente o ensino da Sociologia neste nível de ensino seja considerado como imperativo para a revitalização da escola e como um ponto de partida para se repensar os propósitos da educação brasileira. A sua vocação questionadora pode trazer grandes contribuições aos estudantes, auxiliando na formação da consciência crítica, chamando-os a se entenderem como sujeitos e protagonistas históricos, inseridos na complexidade da sociedade capitalista, com uma visão mais humanista.

3. Considerações finais e recomendações

Neste texto, buscamos subsídios teóricos para compreender a luta centenária, pela inclusão da Sociologia como disciplina no Ensino Médio, tendo em vista, que os seus objetivos não têm usufruído estavelmente de um lugar seguro nas escolas de nível médio no Brasil, como vimos no decorrer deste estudo.

A sua inclusão como disciplina obrigatória no Ensino Médio, traz para a escola a discussão sobre a organização e a dinâmica da sociedade capitalista, contribuindo significativamente para o exercício da cidadania e a construção de um novo modelo de

sociedade, em que se espera dos cidadãos o maior comprometimento com as questões humanas.

Por fim, vale ressaltar que todas as questões levantadas em torno do ensino de Sociologia nas escolas do Ensino Médio possuem o mesmo eixo: justificar a sua importância como disciplina obrigatória nesta modalidade de ensino.

3.1. Recomendações

A aprovação do ensino da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio no Brasil é, para nós sociólogos e para os professores desta disciplina, uma grande vitória, travada há mais de cem anos na história da educação brasileira. Agora é um momento de reavaliação da retórica que conduziu esta luta; é um momento de reflexão em torno dos seus objetivos, das condições de trabalho do professor de Sociologia, que, em consequência do ir e vir da Sociologia neste nível de ensino teve a sua formação empobrecida, diante da falta de perspectiva de atuação e da pouca atenção e investimentos que os cursos de graduação em Ciências Sociais têm depositado na Licenciatura.

Assim, recomendamos que as entidades representativas dos sociólogos e os segmentos educacionais promovam debates, encontros, seminários e congressos; que desenvolvam programas de incentivo à formação docente em Ciências Sociais e de favorecimento às suas condições de trabalho. É necessário apostar em uma política de valorização do magistério; que os professores de Sociologia se envolvam com a situação da disciplina no contexto político nacional, que conheçam a trajetória histórica da Sociologia como disciplina; que se aproximem do debate da Sociologia no Ensino Médio e que acreditem na possibilidade de reinvenção do outro – especialmente do jovem que passa boa parte do seu tempo na escola – mas isso só pode ser feito sem perder o encanto de estar presente em suas vidas.

4. Referências bibliográficas

ANDRÉ, Marli. Eliza. **Etnografia da prática escolar**. 14. ed . Campinas, SP: Papyrus, 2008. (Série Prática Pedagógica).

BOGDAN Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução Maria João Alves; Sara Bahia dos Santos; Telmo Maurinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAGANÇA, Sanderson Dias. Sociologia e filosofia no ensino médio mais de cem

anos de luta. **Espaço Acadêmico**. n. 06, p. 1-5, novembro 2001.

FERNANDES, Florestan. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira. In: **A etnologia e a sociologia no Brasil**. São Paulo: Anhambi, 1958.

HONORATO, Gabriela de Souza. Sociologia e Ensino médio: conquistas e desafios, Rio de Janeiro, **Espaço Acadêmico**. n. 69, p. 1- 6, fevereiro. 2007. Mensal..

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

KUENZER. Acácio (Org). **Ensino de sociologia**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensaio).

MATOS, Sergio Sanandaj. O período de crise e reação da sociologia. **Sociologia: ciência & vida**. São Paulo, ano 1, n.12, p. 26-27, 2007.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2. ed. ver. aum. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção magistério 2º grau. Série formação geral).

MIRANDA, Joalice e Silva. A **sociologia e a formação do técnico agrícola**: um estudo da escola agrícola de Jundiáí. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

PERREIRA, Patrícia. Por onde começar. **Sociologia: ciência & vida**. São Paulo, ano 1, n.6, p. 74-77, 2007.

PIMENTA, José Nerivaldo. Quero ser sociólogo. **Sociologia: ciência & vida**. São Paulo, ano 1, n,2, p. 22-29, 2007.

SANTOS, Mário Bispo dos. **Sociologia no ensino médio**: condições e perspectivas epistemológicas. Acesso em: 15-06-2008.

SARANY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da sociologia no Ensino médio. **Espaço Acadêmico**, ano 1, n.05, outubro, 2001. Mensal.

SILVA, Ileize Fiorelli. **A sociologia no ensino médio, conteúdos e metodologias**: perfil no primeiro ano de implantação nas escolas de Londrina e região. Acesso em: 17-06-2008.

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÈDIO: contexto e princípios gerais. Direção; Paulo Aspis – ROTEIRO: Amaury César Moraes e Nelson D. Tomazi. Belo Horizonte. Cedic, [s d] CO-ROM.

